

COORDENAÇÃO
João Carlos Campanini

ESTUDOS AVANÇADOS DE DIREITO MILITAR II

 EDITORA
RIDEEL
Quem tem Rideel tem mais.

EXPEDIENTE

FUNDADOR **Italo Amadio (*in memoriam*)**
DIRETORA EDITORIAL **Katia Amadio**
EDITORAS **Janáina Batista**
Mayara Sobrane
EDITORA ASSISTENTE **Mônica Ibiapino**
PROJETO GRÁFICO **Sergio A. Pereira**
DIAGRAMAÇÃO **Textos & Livros**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Estudos avançados de Direito militar : volume II / coordenação de João Carlos Campanini. -- 1. ed. -- São Paulo : Rideel, 2023.

Bibliografia
ISBN 978-65-5738-493-0

1. Direito militar – Brasil I. Campanini, João Carlos

22-7459

CDD 343.81
CDU 344.1(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito Militar - Brasil

132373

© Todos os direitos reservados à



Av. Casa Verde, 455 – Casa Verde
CEP 02519-000 – São Paulo – SP
e-mail: sac@rideel.com.br
www.editorarideel.com.br

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, especialmente gráfico, fotográfico, fonográfico, videográfico, internet. Essas proibições aplicam-se também às características de editoração da obra. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (artigos 102, 103, parágrafo único, 104, 105, 106 e 107, incisos I, II e III, da Lei nº 9.610, de 19-2-1998, Lei dos Direitos Autorais).

1 3 5 7 9 8 6 4 2
0 1 2 3

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	V
A LIBERDADE DE EXPRESSÃO NO ÂMBITO DA POLÍCIA MILITAR E SUA INDEVIDA MITIGAÇÃO E CENSURA.....	1
Abnadabe Cássio da Silva	
A DEVIDA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DE CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA DE CIVIL PRATICADA POR MILITAR ESTADUAL.....	17
Adriano Menechini	
A POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA LEI DOS CRIMES HEDIONDOS (LEI Nº 8.072/1990) NO ÂMBITO DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO.....	29
Alessandro Menezes de Souza	
OS IMPACTOS DA REFORMA PREVIDENCIÁRIA DOS MILITARES FEDERAIS, INSTITUÍDA PELA LEI Nº 13.954/2019, NO ÂMBITO DAS CARREIRAS MILITARES ESTADUAIS, E A EDIÇÃO, PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, DO TEMA DE REPERCUSSÃO GERAL Nº 1.117.....	51
Andrei Scafi de Vasconcelos	
MILITARES ESTADUAIS E A (IM)POSSIBILIDADE DE PRÁTICA DE CRIME MILITAR EXTRAVAGANTE DE TERRORISMO	61
Cícero Robson Coimbra Neves	
O CURSO DE APERFEIÇOAMENTO MILITAR DE OFICIAIS DO EXÉRCITO BRASILEIRO E O MESTRADO EM OPERAÇÕES MILITARES – A CASSAÇÃO DE DIREITO ADQUIRIDO..	75
Clauder Corrêa Marino	
A INSEGURANÇA JURÍDICA NA JUSTIÇA MILITAR.....	79
Claudio Amin Miguel	
A INAPLICABILIDADE DO ART. 474-A, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, ACRESCIDO PELA LEI Nº 14.245/2021 - “LEI MARIANA FERRER”, PERANTE O PLENÁRIO DO TRIBUNAL DO JÚRI FRENTE À GARANTIA CONSTITUCIONAL DA PLENITUDE DE DEFESA DO RÉU, EM ESPECIAL DO RÉU AGENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA.....	87
Décio Alexandre Taveira	
HIERARQUIA E DISCIPLINA COMO FORMA DE COIBIR O DIREITO ÀS CRÍTICAS NO ÂMBITO MILITAR	99
Esli Carneiro Mariano	
DO CRIME MILITAR COMETIDO DOLOSAMENTE CONTRA A VIDA DE CIVIL: A (IN)VIABILIDADE MATERIAL DA CRIAÇÃO DO TRIBUNAL DO JÚRI NA JUSTIÇA MILITAR DOS ESTADOS	107
Eugênio Carlo Balliano Malavasi	
A (IN)COMPATIBILIDADE CONSTITUCIONAL DA DEFINIÇÃO EM DECRETO DAS TRANSGRESSÕES MILITARES QUE ENSEJAM MEDIDAS PRIVATIVAS DA LIBERDADE	113
Felipe Dalenogare Alves	

DA VIOLAÇÃO À AMPLA DEFESA E A PARIDADE DE ARMAS NO PLENÁRIO DO JÚRI DECORRENTE DO JULGAMENTO DE CRIMES CONEXOS AO CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA PRATICADOS POR MILITARES ESTADUAIS CONTRA CIVIS PELA JUSTIÇA MILITAR.....	127
Felipe Santos Ribeiro	
A INSALUBRIDADE DOS MILITARES E O PAGAMENTO DESDE O CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS.....	145
Fernando Borges Conde	
A LÓGICA VALORATIVA -CONSTITUCIONAL DO CONTRADITÓRIO E A AMPLA DEFESA NO ÂMBITO DA FASE INQUISITORIAL MILITAR E SUAS REPERCUSSÕES NO DIREITO CASTRENSE	149
Fernando Fabiani Capano	
DA INCONSTITUCIONALIDADE E ILEGALIDADE DE SUBMISSÃO DA PRAÇA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO INATIVA OU EXONERADA AO PROCESSO DE CUNHO EXCLUSÓRIO	155
Fernando Oliveira dos Santos	
O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL E SUA COMPATIBILIDADE COM O PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE NO DIREITO MILITAR ESTADUAL	163
Gabriel José Ramos Balestiero	
O DIREITO UTILIZADO COMO FORMA DE EMULAÇÃO EM CASOS ENVOLVENDO A LEI MARIA DA PENHA E SEUS EFEITOS PENAIS E ADMINISTRATIVOS NO ÂMBITO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO.....	167
Giovanne Campos Ferreira	
A PRISÃO EM FLAGRANTE NA JUSTIÇA MILITAR E A NECESSIDADE DE HOMOLOGAÇÃO PELO COMANDANTE DA UNIDADE.....	175
Guilherme da Silva Bernardi	
O DIREITO DE NÃO PRODUZIR PROVA CONTRA SI E O SILÊNCIO SELETIVO: (IN)APLICABILIDADE NO ÂMBITO DO PROCESSO PENAL MILITAR.....	183
Jéssica de Souza Mendes	
OS LIMITES DA IMPRENSA NA COBERTURA DE CASOS CRIMINAIS DE REPERCUSSÃO: A DEFESA E A CONDENAÇÃO PÚBLICA DO INVESTIGADO ANTES DA SENTENÇA	195
João Carlos Campanini	
DIFERENÇA DA PRISÃO PREVENTIVA NO CPP E NO CPPM. ILEGALIDADE NA DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA COM BASE NA ALÍNEA 'E' – PRINCÍPIO DA HIERARQUIA E DISCIPLINA - DO ART. 255 DO CPPM.....	203
João Pedro Carvalho	
A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR PARA JULGAR – OS CRIMES MILITARES POR EXTENSÃO E A EXECUÇÃO DA PENA NO ÂMBITO DAS JUSTIÇAS MILITARES	211
Joel dos Passos Mello	
A LEI Nº 14.365/2022: ANÁLISE DA CONSTITUCIONALIDADE E DA EFETIVIDADE DA NORMA QUE AUTORIZA O EXERCÍCIO DA ADVOCACIA EM CAUSA PRÓPRIA PELOS MILITARES DA ATIVA	227
Jorge Cesar de Assis	

PROCESSO PENAL MILITAR ACUSATÓRIO E A IMPOSSIBILIDADE DO PROTAGONISMO DO JUIZ NA INQUIRIRÇÃO DA TESTEMUNHA.....	243
José Osmar Coelho Pereira Pinto	
O DIREITO DO POLICIAL MILITAR A CUMPRIR PENA, MESMO QUE EXCLUÍDO DA INSTITUIÇÃO, NO PRESÍDIO MILITAR "ROMÃO GOMES".....	251
Karina Cilene Brusarosco Campanini	
O MÉRITO ADMINISTRATIVO NO REGULAMENTO DISCIPLINAR DO EXÉRCITO (R-4)....	263
Lucas Alexandre Cardoso Silvestre	
O PROCEDIMENTO DISCIPLINAR NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO ...	283
Luís Alberto Filardi	
A MITIGAÇÃO DA INVIOABILIDADE DOMICILIAR.....	291
Luiz Fernando Parra	
VIOLÊNCIA DE GÊNERO E CRIME MILITAR.....	301
Mariana Aquino	
A MOVIMENTAÇÃO DO POLICIAL POR CONVENIÊNCIA PRÓPRIA EM CARÁTER DE EXCEPCIONALIDADE E A BANALIZAÇÃO DAS NEGATIVAS ADMINISTRATIVAS INFUNDADAS.....	313
Mario Rodrigues de Lima	
A LIBERDADE PROVISÓRIA CONCEDIDA PELA AUTORIDADE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR.....	321
Maurício Bijarta Ferraioli	
A RELEVÂNCIA DA EXPERIÊNCIA MILITAR DO ADVOGADO PARA OS CASOS ENVOLVENDO POLICIAIS MILITARES.....	329
Muller Ferreira	
PRESÍDIO MILITAR ROMÃO GOMES E A POSSIBILIDADE DE RESSOCIALIZAÇÃO DO POLICIAL MILITAR.....	337
Nilton de Souza Vivan Nunes	
UMA METEÓRICA ANÁLISE CONSTITUCIONAL-CIENTÍFICA-DOCTRINÁRIA E JURÍDICA-TÉCNICA, ESPECIALMENTE SOB A ÓTICA ADMINISTRATIVA, DO RECENTE JULGADO PELO STJ - RHC 158.580/BA -, EM FACE DA COMPETÊNCIA E DAS PRERROGATIVAS DAS POLÍCIAS MILITARES DO BRASIL DE AGIREM SOB O PODER DE POLÍCIA NA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA.....	353
Roberto Botelho	
DANO MORAL NA ATIVIDADE MILITAR: CONCEITO, POSSIBILIDADES E CARACTERÍSTICAS.....	377
Rodrigo dos Santos Ferreira	
A APLICAÇÃO DA AGRAVANTE GENÉRICA PREVISTA PELO ART. 70, INCISO II, ALÍNEA "L", DO CÓDIGO PENAL MILITAR, EM CRIMES DE CONCUSSÃO.....	383
Rodrigo Vaz del Cid Roxo	
AVIABILIDADE DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL NA JUSTIÇA MILITAR.....	387
Ronaldo Dias Gonçalves	

ESTUDOS AVANÇADOS DE DIREITO MILITAR II

A MAIOR CHACINA DO ESTADO DE SÃO PAULO AOS OLHOS DA PROVA PERICIAL	397
Sergio Andrés Hernández Saldías	
A (IN)VIABILIDADE DA APLICAÇÃO DO INSTITUTO DE ANPP (ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL) AOS POLICIAIS MILITARES.....	431
Tamires Rodrigues Meniti	
A INCOMPATIBILIDADE DO INSTITUTO DA READAPTAÇÃO NO ÂMBITO DA POLÍCIA MILITAR PAULISTA.....	445
Thales Augusto Bazilio	
DA ILEGALIDADE DA PRISÃO ADMINISTRATIVA MILITAR.....	453
Thiago de Oliveira Lacerda	
DIREITOS HUMANOS, DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, RECOLHIMENTO DISCIPLINAR E AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA NO DIREITO MILITAR.....	471
Tiago Pereira de Souza	
O PODER DE POLÍCIA E SUAS ESPÉCIES. OS LIMITES DA ATUAÇÃO DOS AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA.....	487
Victor Lion Brown Monteiro Almeida	
A MITIGAÇÃO, CADA VEZ MAIS INCIDENTE, DO TIROCÍNIO POLICIAL NO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES.....	495
Vinícius de Souza Queiroz	
A PRISÃO EM FLAGRANTE E SEUS DESDOBRAMENTOS	505
Vinícius Faria Santos	
O PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO INCOMPATÍVEL COM AS NORMAS CONSTITUCIONAIS DENOMINADO “MORTE DECORRENTE DE INTERVENÇÃO POLICIAL” DA CORREGEDORIA DA PMESP.....	513
Vitor Hanna Pereira	
A NOVA LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE E AS VIOLAÇÕES ÀS PRERROGATIVAS DO ADVOGADO: CRIMINALIZAÇÃO OU MERA CONTINUIDADE NORMATIVO-TÍPICA? APLICÁVEL À NOVA FIGURA DO ADVOGADO-POLICIAL?.....	519
Wanderley Alves dos Santos	
A AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA E SUA IMPLEMENTAÇÃO NA JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO – PONTOS CONTROVERTIDOS	529
William de Castro Alves dos Santos	
APONTAMENTOS PERFUNCTÓRIOS DO PROCESSO DISCIPLINAR NA MARINHA DO BRASIL: O DIREITO DE DEFESA DO MILITAR E A FLAGRANTE DISSONÂNCIA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO MILITAR EM FACE CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA E O ESTABELECIMENTO DA ADVOCACIA.....	541
Yuri Beloti Dias	
AUTOMAÇÃO E SEGURANÇA PÚBLICA: A UTILIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NAS OCORRÊNCIAS POLICIAIS.....	551
Zamis Maia Carneiro	

